

Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES

Processo n.º: 4689/2024

Projeto de Lei Ordinária n.º: 36/2024

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.213, DE 09 DE MAIO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO

Cuida-se de parecer quanto à constitucionalidade e legalidade da proposição em epígrafe, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Linhares, cujo conteúdo, em suma, altera a Lei Municipal n.º 2.213/2001, com o objetivo de permitir aos estudantes do ensino superior iniciarem sua trajetória profissional a partir do primeiro semestre do curso.

A matéria foi protocolizada em 20/06/2024, tramitando em regime de urgência, tendo a Procuradoria da Casa exarado parecer favorável ao supracitado projeto de lei.

Ato contínuo, o presente projeto veio a esta Comissão (CCJ) para exame e parecer, na forma do art. 62, I, c/c arts. 63, §2°, e 64, *caput*, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, instituído pela Resolução n° 001/2018.

Eis, em síntese, o relatório.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

F U N D A M E N T A Ç Ã O

Verifica-se, inicialmente, a *constitucionalidade formal* do presente projeto de lei, conforme se observa do art. 30, I, da Constituição Federal, assim como do art. 28, I, da Constituição Capixaba, porquanto inexiste qualquer vedação que impeça lei municipal tratar da matéria aqui abordada.

Com efeito, a Lei Orgânica Municipal dispõe que é de *iniciativa privativa do Prefeito* lei que disponha sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal (art. 31, parágrafo único, inciso IV).

É o caso da proposição em análise, cujo intuito – de acordo com o proponente da matéria – é fazer alterações na legislação municipal, buscando assim, garantir a participação prioritária de pessoas com deficiência no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, oportunizando assim o lugar de fala dessa população pelos seus direitos.

Nessa ordem de ideias, vale consignar que não há norma constitucional que proíba o Executivo local a tratar da matéria ora analisada, nem há elementos que permitam concluir que o proponente regulamentou a matéria de forma desproporcional e arbitrária.

Desse modo, calha consignar que as disposições do presente PLO atendem ao requisito de juridicidade, na medida em que não contraria preceitos do ordenamento jurídico pátrio e se coaduna aos princípios gerais do Direito.

Portanto, não reside no presente projeto de lei nenhum vício material, estando o conteúdo do ato em sintonia com o *bloco de constitucionalidade* e demais parâmetros legais.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES - reunida com todos os seus membros - é pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 36/2024, de autoria da Prefeitura Municipal de Linhares.

Linhares/ES, 24 de junho de 2024.

Alysson Francisco Gomes Reis

Presidente

Francisco Tarcísio Silva

Johnatan Depollo

Relator

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade utilizando o identificador 350036003100340031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por Alysson Reis em 24/06/2024 19:02

Checksum: 102E4253E278A1C1C94F7143A40BA9241C35DAC80AC9A0633C70B9297DFC00CF

Assinado eletronicamente por Johnatan Maravilha em 24/06/2024 19:05

Checksum: 1AB63ED343BA7C303399C80ABB673B177AF4990FF27BEA68B9D6F06F0073F45D

Assinado eletronicamente por Tarcisio Silva em 24/06/2024 19:16

Checksum: 958439EF1B56F19294E5A9AF955FE7ECDAAD3C88B8A33E9ABB6733D23B86500B

